

PAISAGENS HÍDRICAS DOS GERAIS E OS FECHOS DE PASTO: O CICLO HIDROSSOCIAL DA BACIA DO RIO CORRENTE EM CONFLITO COM A FRONTEIRA AGRÍCOLA DO OESTE DA BAHIA

Anna Karoline Oliveira Santiago¹

 <https://orcid.org/0009-0001-5278-4340>

Karla Emmanuela Ribeiro Hora²

 <https://orcid.org/0000-0002-4410-3728>

RESUMO

Este artigo analisa as transformações dos ciclos hidrossociais e dos modos de vida devido às transformações do território capitaneadas pela produção de larga escala. Trata-se de um estudo de caso, ancorado em pesquisa documental sobre a bacia do Rio Corrente, na qual se considerou a história do território, dados sobre os conflitos e as resistências nos gerais do oeste da Bahia, assim como as informações acerca das interações entre água, território e identidade. Os resultados apontam que os conflitos nos territórios tradicionais de fecho de pasto se intensificaram pelo avanço da fronteira agrícola nas áreas de gerais, impactando as práticas tradicionais agrícolas, o modo de vida dos geraizeiros e o regime comunal dos fechos de pasto, comprometendo o ciclo hidrossocial do território. Nesse contexto, conclui-se que há uma recorrência de situações de violências contra fecheiros e geraizeiros, ao passo que as comunidades seguem resistindo, desenvolvendo novos modelos de luta e relação com as águas e o território.

Palavras-chave: Geraizeiros. Território. Conflitos Agrários. Resistências. Cerrado.

HYDRIC LANDSCAPES OF THE GERAIS AND THE PASTURE ENCLOSURES: THE HYDROSOCIAL CYCLE OF THE CORRENTE RIVER BASIN IN CONFLICT WITH THE AGRICULTURAL FRONTIER OF WESTERN BAHIA

ABSTRACT

This article aims to analyze the transformations in hydrosocial cycles and ways of life due to the technical transformations of the territory led by large-scale production. This is a case study anchored in the collection of official of Rio Corrente basin, a historical review of the territory, a documentary on conflicts and resistance in general in western Bahia, and theoretical studies on the interactions between water, territory, and identity. The results indicate that conflicts in traditional pasture closure territories have intensified due to the advance of the agricultural frontier in the general areas, impacting traditional agricultural practices, the way of life of the geraizeiros, and the communal regime of pasture enclosures, compromising the hydrosocial cycle of the territory. In this context, it is concluded that there is a recurrence of situations of violence against fecheiros and geraizeiros, while communities continue to resist by developing new models of struggle and relationships with water and territory.

Keywords: Geraizeiros. Territory. Agrarian Conflits. Resistances. Cerrado.

PAISAJES HÍDRICOS GENERALES Y RECINTOS DE PASTOS: EL CICLO HIDROSOCIAL DE LA CUENCA DEL RÍO CORRENTE EN CONFLICTO CON LA FRONTERA AGRÍCOLA DEL OESTE DE BAHÍA

¹ Mestranda PPGPROCIDADE Projeto e Cidade (FAV/UFG). E-mail: karoline@discente.ufg.br

² Docente PPGPROCIDADE Projeto e Cidade (FAV/UFG), PPGCIAMB Ciências Ambientais e na Engenharia Civil e Ambiental (EECA/UFG). E-mail: karla_hora@ufg.br

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar las transformaciones en los ciclos hidrosociales y los modos de vida debido a las transformaciones del territorio lideradas por la producción a gran escala. Se trata de un estudio de caso, anclado en la recopilación de datos de la cuenca del Río Corrente, una revisión histórica del territorio, un documental sobre los conflictos y resistencias en general en el oeste de Bahía y estudios teóricos sobre las interacciones entre agua, territorio e identidad. Los resultados indican que los conflictos en los territorios tradicionales de cierre de pastos se han intensificado debido al avance de la frontera agrícola en áreas generales, impactando las prácticas agrícolas tradicionales, la forma de vida de los *geraizeiros* y el régimen comunal de cierre de pastos, comprometiendo el ciclo hidrosocial de. el territorio. En este contexto, se concluye que hay una recurrencia de situaciones de violencia contra *fecheiros* y *geraizeiros*, mientras las comunidades continúan resistiendo desarrollando nuevos modelos de lucha y relación con el agua y el territorio.

Palabras clave: *Geraizeiros*. Territorio. Conflictos Agrarios. Resistencias. Grueso.

INTRODUÇÃO

A gestão das águas, envolvendo o planejamento e controle dos recursos hídricos, somada às complexas questões do Brasil rural, tem evidenciado esforços que visam atuar sobre litígios de natureza socioambiental. O rural é uma terminologia destinada a designar processos que ultrapassam a dimensão geográfica. O conceito vai além da setorização econômica e agrícola, dando destaque para os diferentes modos de vida ali existentes e suas expressões identitárias (Wanderley, 2001). O rural é visto como um lugar multifuncional que se expressa, também, na sua relação com o urbano, seja por meio de trocas e interações ambientais, seja pelas lutas políticas e sociais.

Esse rural heterogêneo agrega diferentes interesses e atores, muitas vezes em conflitos, como grandes produtores agrícolas, parcelas da agricultura familiar, camponesa e de comunidades tradicionais, especialmente os *geraizeiros* e *fecheiros*, quando se menciona o oeste da Bahia. Em 2002, a Bahia ocupava o terceiro lugar no ranking de conflitos fundiários (CPT, 2023) e parte deles localizava-se no oeste. É nessa região do Cerrado que, ao longo de gerações, os *geraizeiros* e *fecheiros* preservaram suas práticas tradicionais de manejo e uso das águas comunais em uma região, cada vez mais marcada pela expansão do agrohidronegócio – modelo no qual a grande propriedade se desenvolve via produção de *commodities*, uso intensivo de tecnologias e exploração das águas. Essa tensão latente tem afetado os modos de vida das comunidades tradicionais locais.

As ocupações tradicionais no oeste da Bahia são uma região marcada por um conjunto de rupturas e desmembramentos devido à chegada de diversos outros atores sociais representando o capital internacionalizado como colonos de origem europeia, fazendeiros e empresas transnacionais, principalmente entre as décadas de 1970 e 1980, período em que se intensificam os conflitos fundiários nessa região (Barreto, 2012). Parte das ocupações tradicionais se expressa na presença dos territórios de fecho de pasto e do modo de vida de *geraizeiros*, constituídas por descendentes de

populações indígenas e migrantes do sertão semiárido nordestino, deslocados de suas terras durante os longos períodos de estiagem no final do século XIX e início do século XX (Sobrinho, 2012).

Entende-se que as decorrências dos fenômenos naturais relacionados à estiagem, moldaram a relação das comunidades locais com os cursos hídricos, influenciando, também, no manejo de uso comunitário e nos movimentos das águas que apenas a compreensão do ciclo hidrológico não é capaz de contextualizar. Para tal, é necessário reconhecer o caráter social da água através do ciclo hidrossocial, inserindo os aspectos sociais relacionados à água na estrutura hidrológica.

Considerando tais apontamentos, o artigo parte da seguinte questão: como as transformações na paisagem do Cerrado baiano, diante da expansão do agronegócio, afetaram a relação sociocultural das comunidades geraizeiras com as águas da Bacia do Rio Corrente? Para responder a isto, delineia-se a hipótese de que as mudanças produtivas no território alteraram não apenas as condições naturais como também as formas tradicionais de uso da água, outrora comuns e, agora, cercados por uma lógica de interesses políticos e econômicos que entram em constante conflito com o modo de vida dos povos geraizeiros.

Assim, o artigo analisa as transformações dos ciclos hidrossociais e dos modos de vida devido às transformações técnicas do território engendradas pelo agronegócio. Para tal, tem-se como objetivos específicos identificar os conflitos e os agentes envolvidos nas disputas por água, localizados no campo e em áreas rurais próximas aos distritos urbanos da Bacia do Rio Corrente e verificar as paisagens hídricas resultantes da sobreposição das áreas de fecho de pasto e de fronteira agrícola.

Portanto, a reflexão concentra-se nas comunidades geraizeiras, considerando os contextos rurais e periurbanos em territórios tradicionais de fecho de pasto na região da Bacia do Rio Corrente, localizado no oeste da Bahia e o constructo das identidades no movimento das águas. Uma das formas de descrever esse movimento das águas é compreendê-lo por meio do ciclo hidrológico, que envolve o movimento contínuo e a troca de água em suas diversas propriedades físicas na hidrosfera, entre rios, mares, calotas polares, águas superficiais, águas subterrâneas e atmosfera. No entanto, o movimento das águas não se define apenas pelo ciclo hidrológico, ele também é influenciado pelas dinâmicas das atividades humanas. Por fim, faz-se uma referência ao caráter sociocultural que as águas urbanas adquirem no território hidrossocial do Rio Corrente (Oliveira *et al.*, 2022).

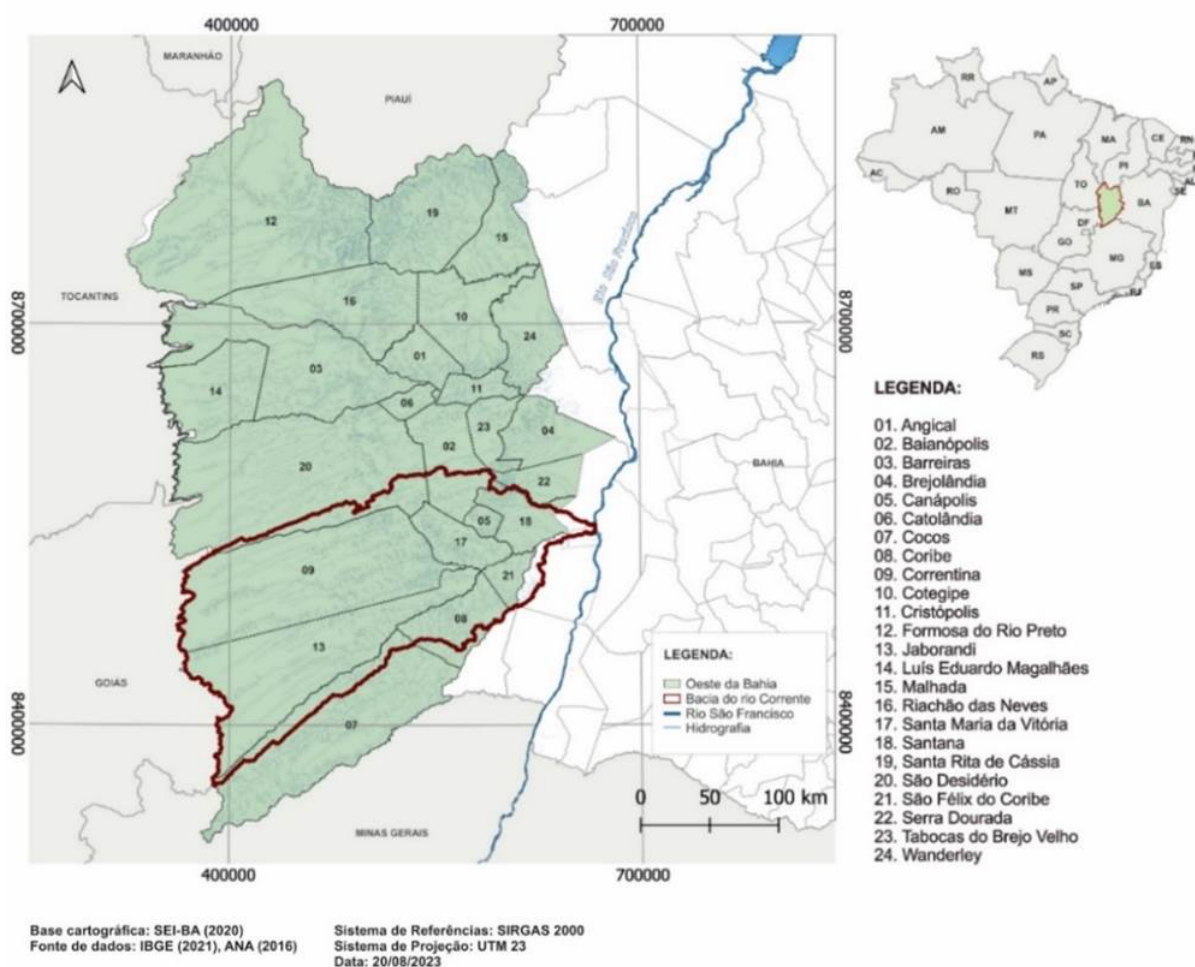
ASPECTOS METODOLÓGICOS

A metodologia ancora-se em um estudo de caso do território de identidade da Bacia do Rio Corrente. Este está situado na porção setentrional da bacia hidrográfica do Médio São Francisco, área

que possui 45.732 quilômetros quadrados de superfície (Lage; Peixoto; Vieira, 2008), representando, aproximadamente, 26,7% de extensão do oeste da Bahia, no Nordeste brasileiro.

Composta por vinte e quatro municípios (Mapa 01), essa região foi impulsionada com a inserção do setor de grãos, sobretudo da produção de soja por grupos estrangeiros, que consolida a expansão da fronteira agrícola do Matopiba – região que abrange grande parte do Maranhão, Tocantins, porção sul do Piauí e oeste da Bahia, e que se estabeleceu a partir de investimentos públicos e privados, sendo, segundo Santos (2018), alvo do capital internacional e da divisão territorial do trabalho a nível global.

Mapa 1 – Municípios do oeste da Bahia e Bacia do Rio Corrente



Fonte: SEI-BA, 2020.

Essa região possui uma expressividade de povos tradicionais como comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhos, vazanteiros, cerradeiros, geraizeiros e comunidades de fundo, e fecho de pasto. Tais identidades foram registradas em 2018 pelo órgão estadual de assuntos rurais, a antiga Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA), denominada, em 2022, de Superintendência de Desenvolvimento Agrário (SDA). Esses estudos foram realizados pela Associação de Advogados dos

Trabalhadores Rurais (AATR) em conjunto com o Instituto Federal da Bahia (IFBA) e a Campanha Nacional em Defesa do Cerrado, e divulgados por Silva *et al.* (2021), sendo os dados e informações utilizados nesta reflexão. De forma complementar, buscou-se registrar os relatos e percepções dos povos geraizeiros na região do oeste da Bahia a partir do documentário público³: “Das águas gerais: a resistência de um povo” (Rede Alpha Produtora, 2014), o qual expõem o impacto do processo de modernização da agricultura nos seus territórios, e suas estratégias de resistência e preservação dos modos de vida tradicionais.

A partir disso, estabelecem-se discussões de caráter teórico, orientadas por meio do conceito de ciclo hidrossocial como um mecanismo de gestão das águas, que regulamenta e fiscaliza as dimensões sociais que existem e resistem nas águas do oeste da Bahia. A partir dele, o texto refletiu sobre o entendimento das dinâmicas complexas entre água, território e identidade nessas comunidades, revelando os desafios e possibilidades diante dos conflitos que impactam esses povos do Cerrado e as paisagens transicionais entre o urbano e o rural.

OS “FECHOS” TRADICIONAIS E A COMUNIDADE GERAIZEIRA DO OESTE DA BAHIA

Há séculos, comunidades de fundo e fecho de pasto (CFFP) ocupam as áreas devolutas do estado na região do oeste da Bahia (Sobrinho, 2012). A ocupação secular desses povos no território da Bacia do Rio Corrente, especificamente na região do Vale do Arrojado, é ressaltada por Barreto (2012), que destaca a prática da pequena agricultura e a introdução de animais de pequeno porte em meados de 1850. Souza (2017) acrescenta que as primeiras famílias camponesas, introduzindo a criação de gado nos vales dos Rios Pratudão e Pratudinho, surgiram a partir de 1930, evidenciando uma longa tradição de ocupação no território. Apesar disso, o reconhecimento dos povos geraizeiros e de fundo e fechos de pasto deu-se apenas em 2007, a partir do Decreto Nº 6.040, quando instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Brasil, 2007).

O reconhecimento aos povos geraizeiros como comunidade tradicional os fazem sujeitos de direitos do território e estimula um modelo agroecológico no campo, sendo essenciais para as resiliências ecológicas da região (Porto-Gonçalves, 2014). Essas comunidades transmitem suas práticas tradicionais através da produção diversificada para o consumo próprio, a criação de animais, cultivo, extrativismo e artesanato, comercializando o excedente em mercados e feiras na região. Essas atividades são vistas nos territórios de fundo e fecho de pasto, que se constituem nos cursos médios

³ Disponível em: <https://beirasdagua.org.br/item/das-aguas-gerais-a-resistencia-de-um-povo/>, acesso em 19ju2024.

dos rios, entre a foz e as nascentes. Na Bacia do Rio Corrente, concentram-se nos municípios de Santa Maria da Vitória, Cocos, Correntina, Coribe e Jaborandi (Sobrinho, 2012).

Através das atividades pastoris, essas comunidades mantêm suas tradições de uso coletivo das terras sem cercas e com a criação de gados à solta (Sobrinho, 2012). Esses territórios se diferenciam pelo tipo de criação e porte de animais, além da proximidade com os cursos d'água. Nos fechos de pasto, predominam a criação de bovinos de grande porte nos domínios do Cerrado. Os fecheiros se deslocam sazonalmente nos períodos de estiagem para assegurar a subsistência do rebanho, enquanto que, nos fundos de pasto, a criação de cabras, bodes e gados de pequeno porte é extensiva e se estabelecem nas áreas de Caatinga (Bonfim; Pontes, 2023).

Os povos tradicionais nessa região advêm de remanescentes quilombolas, ribeirinhos migrantes e indígenas (Sobrinho, 2012). Segundo Miranda (2000), desde o início do século XVIII, a região é marcada por conflitos entre os colonizadores portugueses e povos originários que foram subjugados como escravos para trabalhar nas plantações canavieiras do recôncavo baiano. A expansão da indústria canavieira para o litoral, oportunizou a interiorização do gado no oeste baiano. Exploradores enviados pelos detentores das sesmarias de Olinda e Salvador "[...] estenderam a produção de alimentos diversos, mas principalmente a pecuária, até as margens do Rio São Francisco, tendo sido decisivos na criação de pequenas nucleações [...]" (Baqueiro Brandão, 2009, p.51).

Leão (1989) destaca cinco regiões produtivas na Bahia que, antes da independência do Brasil, foram fundamentais para o surgimento de novas nucleações a partir da abertura de estradas para escoamento entre as regiões produtoras e a capital. Essas regiões estavam associadas à produção de alimentos e matérias primas, cana-de-açúcar, fumo, pecuária e mineração. Essa última foi uma atividade crucial para o povoamento na Bahia, pois os rios dessa região eram utilizados como vias de circulação para as áreas mineradoras de Minas Gerais e Goiás, e assim "[...] alguns de seus pequenos povoados cresceram no papel de entrepostos comerciais, articulando as zonas mineiras às praças de comércio do Nordeste" (Santos Filho, 1989, p. 25).

No século XIX, com a abolição da escravatura e a instauração da república em 1889, as vastas terras sem propriedade foram incorporadas ao patrimônio do estado. Segundo Sobrinho (2012), famílias advindas de situações adversas do sertão semiárido e comunidades de pessoas que foram escravizadas e depois alforriadas, permaneceram na região, dedicando-se ao cultivo de lavouras de subsistência e à criação de rebanhos. Vindos dos arredores de Macaúbas, nordeste da Bahia, sob a subjugação dos coronéis influentes na região, esses povos enfrentavam graves secas que assolaram o sertão no final do século XIX e início do século XX (Sobrinho, 2012). Migrantes de outras regiões, advindos dos municípios de Mambá e Posse, no nordeste goiano, também se instalaram na região, em busca de condições mais favoráveis para o plantio (Souza, 2017).

Posteriormente, com o declínio do ouro na região do alto São Francisco, em 1897, grandes propriedades escravistas declararam falência, desencadeando diversas transformações socioeconômicas, como o gradativo isolamento econômico e redução populacional na região (Barreto, 2012). O abandono das terras pelos fazendeiros sesmeiros oportunizou a prática do gado solto e o surgimento das comunidades de fundo e fecho de pasto nessas terras devolutas. Nessas circunstâncias, essas comunidades optaram por se estabelecerem em terras férteis constituídas por vegetação densa e trançada, de espécies lenhosas, nos planaltos e encostas, conhecida por vários tipos de solo, incluindo terras vermelhas, pretas e de cultura, que eram encontradas em vales próximos aos rios e riachos (Sobrinho, 2012).

Segundo Barreto (2012, p.7), “pouquíssimas comunidades se firmaram dentro dos ‘gerais’”. Fixavam-se principalmente nas áreas de mata, nos vales que subiam da beira de rio, nos riachos com distância de 2 a 5 km [...]”. A população local reconhecia os “gerais” pela paisagem de vegetação do cerrado típico, com árvores tortas de cascas grossas, espécies arbustivas e rasteiras, em terras arenosas e brancas, conhecidas como “terras fracas”. Esse território demandava uma outra lógica produtiva que busca fortalecer a relação humanidade-natureza estabelecida, conforme menciona Chiles (2021).

Tal interação se observa nos territórios de identidade, como a Bacia do Rio Corrente, situada na região do oeste da Bahia, ou região intermediária do extremo oeste da Bahia. A maioria dos municípios dessa região possui uma paisagem rural, mesmo com uma concentração populacional urbana. No período de 2010 a 2022, a região experimentou um aumento populacional de 31,61%, refletindo transformações significativas no crescimento demográfico dos municípios. A análise das variações populacionais entre os anos mencionados revela um crescimento urbano concentrado em Luís Eduardo Magalhães e Barreiras, à medida que se destacavam nas atividades agropecuárias.

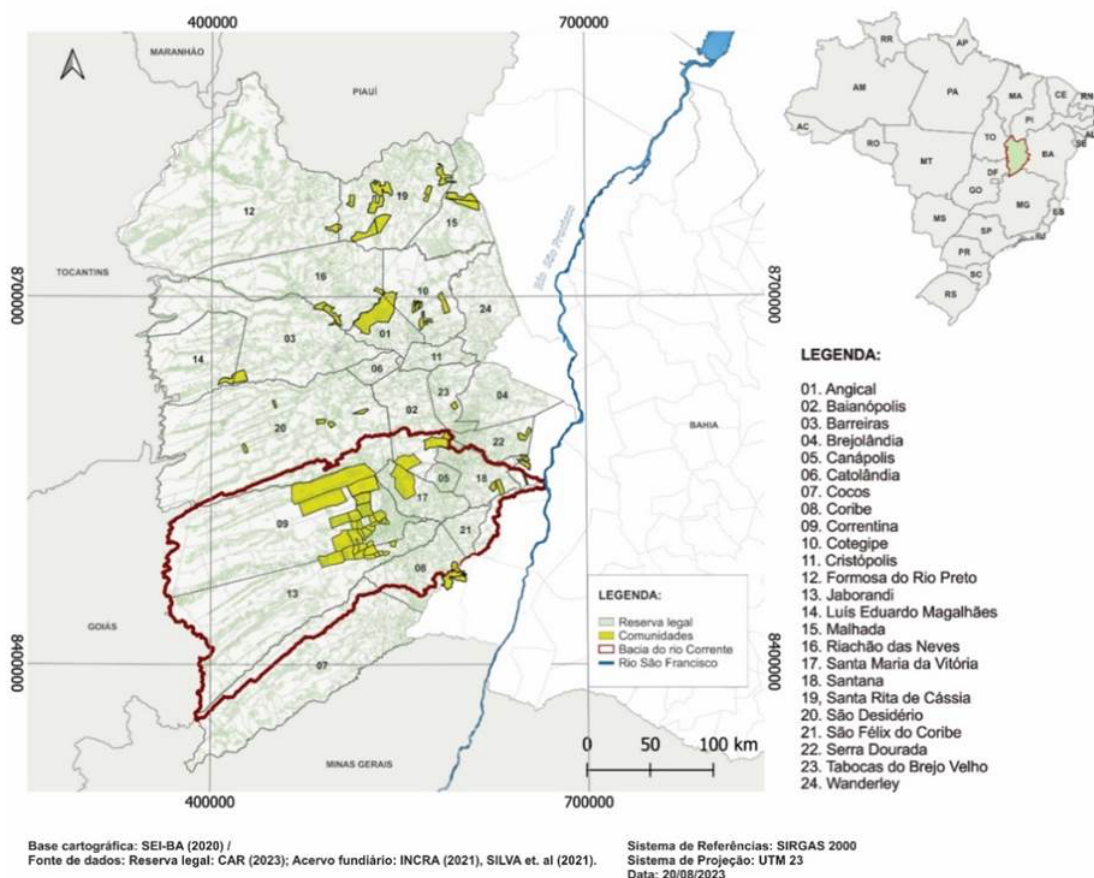
Apesar de a população urbana do oeste da Bahia já superar o contingente populacional rural desde o ano de 2010, dezesseis dos vinte e quatro municípios que compõem a região, ainda apresentavam uma realidade predominantemente rural (IBGE, 2010). Outros municípios na região, sequer possuíam mil habitantes nas áreas urbanas, como o caso de Catolândia. Em municípios como Brejolândia e São Desidério, a população rural, em 2010, era muito superior à população urbana. Este último apresentava uma população rural de 19.055 pessoas, que chegava a ser mais do que o dobro da população urbana, de 8.637 pessoas, especialmente onde se encontrava o distrito de Roda Velha, que se caracteriza pelas pequenas aglomerações em torno das unidades técnicas vinculadas às grandes empresas do setor de grãos.

Nos municípios em que predomina a agroindústria, observamos diferentes padrões de urbanização e crescimento urbano acelerado. Nesse contexto, destaca-se a importância das áreas de manejo e uso comunitário nas paisagens periurbanas, transicionais entre o urbano e o rural, para preservação de recursos naturais, como as águas. Os cursos d’água nessa região são fonte de

subsistência para muitas comunidades locais, camponeses resistentes e povos tradicionais. A não delimitação das terras nesse território possibilita a especulação e oportuniza a prática de desmatamento e grilagem verde.

Essa prática vem se ampliando no território diante do enfraquecimento dos métodos convencionais de apropriação de terras públicas (Silva *et al.*, 2021). A grilagem verde envolve a aquisição ilegal de terras, com a intenção de registrá-las como “reserva legal de um imóvel”, reservando uma área vegetativa equivalente a apenas 20% da área que ocupa, sendo recompensados por créditos de carbonos (Silva *et al.*, 2021). Pelo Mapa 2, observa-se o predomínio de áreas de manejo e uso comunitário na região do oeste da Bahia, principalmente nos municípios de Correntina, Jaborandi, Santa Maria da Vitória, Santa Rita de Cássia e Angical.

Mapa 2 – Áreas de manejo e uso comunitário das comunidades geraizeiras no oeste da Bahia e Bacia do rio Corrente sobrepostas aos cadastros de reservas legais.



Fonte: SEI-BA, 2020. Adaptado.

Tratando-se de uma região de fronteira agrícola, amplamente drenada, observa-se ao longo dos anos uma prevalência de especulações por parte do mercado privado, que se sobrepuiu às áreas de manejo e uso comunitário dos povos tradicionais. Esse fenômeno foi impulsionado, em parte, pelo financiamento estatal destinado à ciência, tecnologia e ao capital agrário internacional, direcionado

predominantemente para as grandes propriedades. Nesse cenário, a expansão da fronteira agrícola tem representado um desafio para a preservação dos modos de vida tradicionais.

E, ao invés de solucionar crises ecológicas e desigualdades, a grilagem verde gera custos socioecológicos em várias formas de conflitos. Essa situação, contribui para a complexa estrutura fundiária da região, uma vez que as demarcações imprecisas das terras tradicionais para uso familiar (nas lavouras e moradia), uso comum de trabalho (na criação de gado à solta) e de descanso (no extrativismo vegetal e artesanato), passam a ser alvo dos especuladores. Como resposta e em detrimento às práticas coletivas de uso da terra, as comunidades passaram a ter que construir cercas ao redor das pastagens onde deixavam o gado à solta (Silva *et al.*, 2021). Essas práticas ocorrem tanto nas áreas de chapada, reservadas à criação do gado e ao cultivo de grãos, quanto nas matas de galeria, onde se estendem os territórios tradicionais e, em decorrência disso, os sistemas produtivos locais dessas comunidades ficaram restritos aos quintais e aos cultivos nos brejos (Souza, 2017).

O CONFLITO E OS MOVIMENTOS DAS ÁGUAS NA BACIA DO RIO CORRENTE

As bacias hidrográficas são ambientes ideais para o entendimento das paisagens periurbanas porque são vistas como unidades de planejamento capazes de avaliar as interações entre os fatores naturais e as ações antrópicas, como o processo de urbanização (Vestena; Kominecki, 2022). De acordo com Alentejano (2015), as relações dicotômicas entre sociedade e natureza são resultantes de um modelo global de urbanização que prevalece sobre as relações camponesas, a partir de uma demanda acumulativa de produção agrícola, a fim de atender ao crescimento urbano e ao excedente de capital produtivo.

Essa dinâmica representa não apenas um elemento estrutural das desigualdades sociais e políticas, mas também reforça assimetrias territoriais rurais. Nas áreas urbanas de países latino-americanos, segundo Costa e Ioris (2015), a gestão da água é profundamente atravessada por relações de poder, onde grandes empreendimentos privados monopolizam o acesso ao recurso, enquanto comunidades urbanas periféricas e outras localidades tradicionais enfrentam condições de vulnerabilidade. Os autores exploram a água como um "campo de forças", conceito bourdieusiano que permite confrontar a visão tradicional e tecnicista da gestão hídrica como uma arena de disputa onde diferentes agentes a enxergam como um recurso, em um processo de construção social e política das águas, que se faz possível diante do seu esvaziamento de significados simbólicos do sagrado e do comum (Souza; Machado, 2018).

A água, que historicamente era um bem comum acessível a todos, tornou-se progressivamente uma mercadoria, sujeita às dinâmicas de mercado. Souza e Machado (2018) demonstram que essa transformação está diretamente ligada à lógica da acumulação capitalista e à estruturação do espaço segundo interesses do mercado. O Estado passou a mediar o acesso à terra e à água, mas, sob a lógica neoliberal, tornou-se um facilitador da apropriação privada, muitas das vezes estranhas à lógica local e

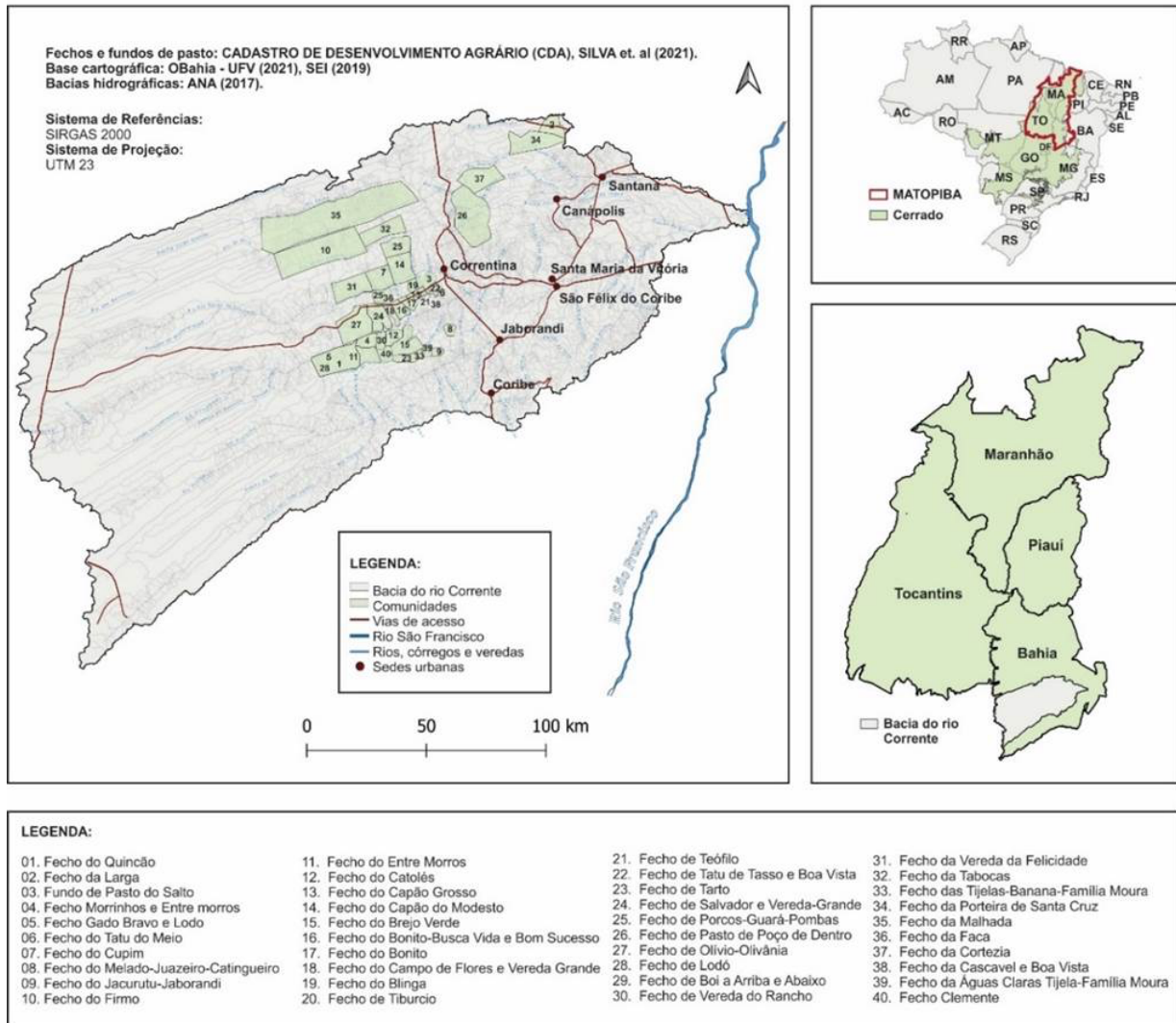
nacional, sendo articulada no mercado à nível global. Essa dinâmica criou um ciclo em que o Estado, ao invés de garantir o direito universal à água, passou a atuar como regulador do mercado globalizado, garantindo as condições para a exploração econômica dos aquíferos. Assim, a ciência e a técnica passaram a atuar como ferramentas legitimadoras da mercantilização das águas, gerando conflitos e impactos ambientais a partir de escolhas estruturais e institucionais que perpetuam a escassez como um mecanismo de exclusão social, sobretudo em um cenário de mudanças climáticas (Martins, 2012).

Esse cenário não apenas intensifica os conflitos das águas, como também amplia desigualdades socioespaciais que dificulta a universalização de serviços públicos voltados ao saneamento básico e exacerba injustiças climáticas (Fracalanza; Paz; Alves, 2023). Eventos extremos climáticos, como secas prolongadas, processos de desertificação e episódios de inundações urbanas, afetam desproporcionalmente pessoas mais pobres, com pouco ou nenhum acesso à infraestrutura e que, portanto, sofrem mais com deslizamentos e insegurança hídrica, afetando tanto o abastecimento urbano como a produção agrícola, tornando as águas um problema político e econômico (Paz *et al.*, 2021). De acordo com Martins (2013), a precificação dos recursos hídricos, sob a justificativa da eficiência e regulação ambiental, resulta na exclusão de populações mais pobres, transferindo o acesso à água para aqueles que podem pagá-la. Martins (2012) examina o papel das instituições financeiras internacionais e das políticas neoliberais na transformação da água em um ativo econômico, ressaltando como essa lógica ignora os aspectos culturais e sociais que existem nas águas.

Tal dinâmica, observada na Bacia do Rio Corrente, torna esse estudo imprescindível por convergir diversos povos tradicionais que possuem uma lógica comunal de ocupação das terras, que diverge de interesses econômicos estrangeiros, e que explica a combinação de diferentes atividades e frentes do agrohidronegócio. Essa hibridização do campo envolve não apenas práticas agrícolas, mas também uma integração complexa com o setor energético e extrativista, especialmente tratando-se de uma região que compõe o complexo Aquífero Urucuía, considerado um dos maiores reservatórios de água da Bahia.

Como as águas do Rio Corrente e seus afluentes têm a capacidade de formar e reconstruir a dinâmica social subjacente, as inúmeras nascentes e recursos hídricos são essenciais para a sobrevivência dos geraizeiros. Os levantamentos (Mapa 3) revelaram que existem cerca de 40 comunidades de fundo e fecho de pasto na Bacia do Rio Corrente, em cerca de 369 mil ha nos municípios de Correntina, Santa Maria da Vitória, Santana e Jaborandi (Silva *et al.*, 2021).

Mapa 3 – Territórios tradicionais na Bacia do Rio Corrente e a fronteira agrícola do MATOPIBA

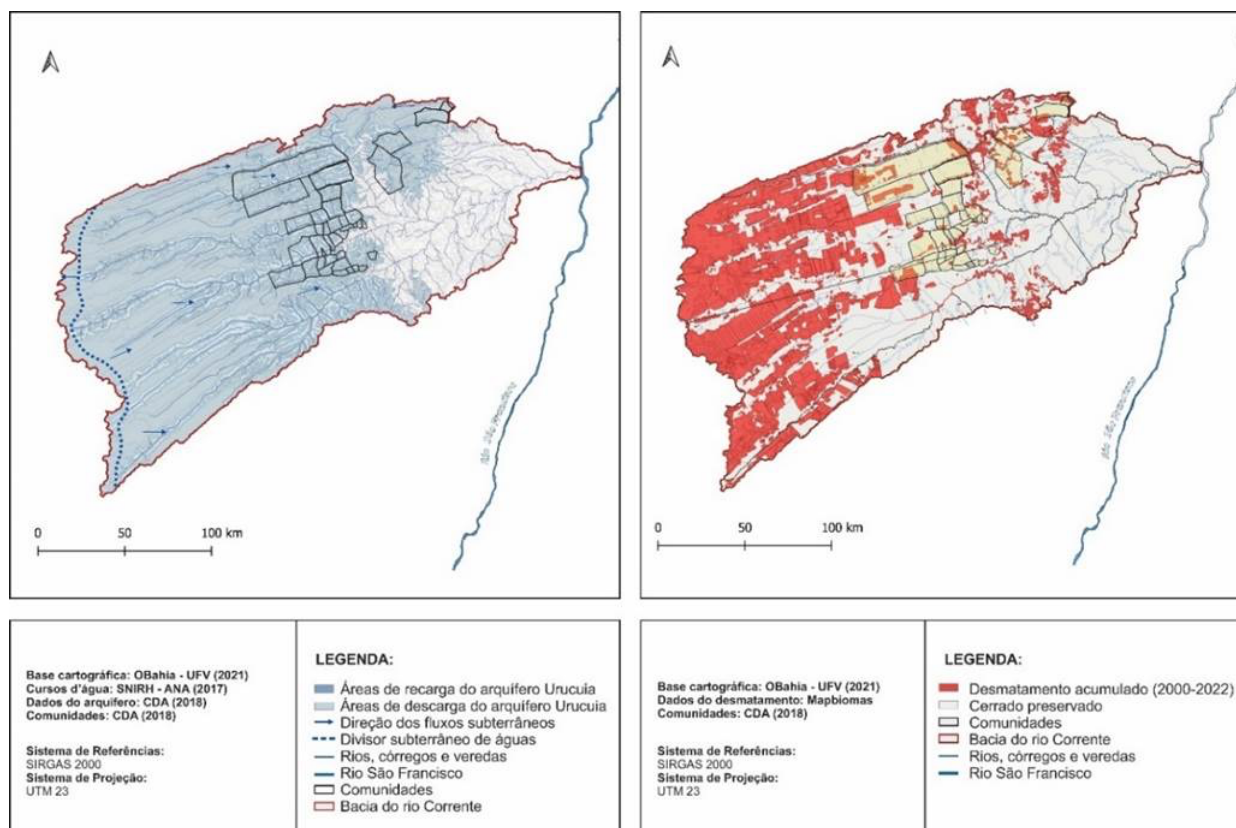


Fonte: Silva *et al.*, 2021.

No oeste da Bahia, essas atividades se apropriaram inicialmente das chapadas, por meio da agricultura mecanizada, de técnicas modernas e do financiamento estatal, que viabilizou a produção agrícola de novos atores sociais nessa região, na década de 1980. Segundo Oliveira (2021), tratava-se de empresas e proprietários rurais vindos do sul do país e de latifundiários vindos de Pernambuco (Sobrinho, 2012), legitimando uma estrutura de propriedade desigual em detrimento do sistema de usos comuns das comunidades geraizeiras.

Essas concessões de terras para uso intensivo dos recursos hídricos e desmatamento na Bacia do Rio Corrente agrava o estresse hídrico e emerge paisagens sociais fragmentadas nos chapadões. O Mapa 4 revela as interações entre as principais áreas de recarga e descarga do Aquífero Urucuaia, que coincidem com as áreas desmatadas das chapadas.

Mapa 4 – Interação entre áreas desmatadas e zonas de recarga e descarga do aquífero



Fonte: Silva *et al.*, 2021.

Essa dinâmica explica não apenas o rebaixamento das águas, como também o desaparecimento das nascentes. Porto-Gonçalves (2019) apresenta indícios de que a vazão dos cursos d'água perenes vêm diminuindo por conta dos níveis reduzidos de recarga do lençol freático no Aquífero Urucuia. As perdas do lençol freático e os episódios de desmatamento estão diretamente ligados à criação de grandes latifúndios nos vales da Bacia do Rio Corrente, resultantes de um processo de grilagem e ocupação que dura décadas.

O acesso aos gerais foi se perdendo gradualmente. No contexto da produção de grãos, as cidades foram refuncionalizadas para atender à produção e ao excedente global, oferecendo serviços de manutenção de máquinas e equipamentos, o provimento paulatino de insumos, defensores agrícolas, mão de obra barata e outros tipos de benefícios, tais como os licenciamentos ambientais e as outorgas de captação de água por agentes políticos do Estado. Pesquisa de Oliveira *et al.* (2022), a partir de estudos de caso nos municípios de Jaborandi e Correntina, relata que apenas oito empreendimentos detêm cerca de 954.408,14m³ por dia de captação superficial e subterrânea outorgadas pelo estado, o que agrava os conflitos hidrográficos. O ano de 2022 foi marcado por inúmeros conflitos fundiários envolvendo as comunidades fecheiras e registradas no relatório da

Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2023). Muitos dos territórios ameaçados são ocupados há mais de sete gerações pelas comunidades (CPT, 2023).

Uma das áreas mais conflituosas na bacia do rio Corrente é a Comunidade de Fechos do Capão do Modesto, localizada a 20 km da cidade de Correntina, onde cerca de 80 famílias vivem a mais de cinco gerações no território (Silva *et al.*, 2021). Essa comunidade não possui títulos de posse e suas terras estão sobrepostas a uma das seis fazendas que disputam a área. A comunidade é também responsável por preservar grande parte das veredas e nascentes dos rios. Em 2017, o estopim do conflito foi marcado pelo enfrentamento dessas comunidades com os grupos econômicos que reduziram a vazão do rio Arrojado (Porto-Gonçalves, 2019).

Nesses conflitos, frequentemente violentos, há uma certa inação do estado, da falta de supervisão dos Cartórios de Registro de Imóveis, especialmente em Correntina e Santa Maria da Vitória, pela ausência de políticas para identificação, delimitação e uso das terras públicas devolutas, ocupadas ou não (Silva *et al.*, 2021). Análises dos processos administrativos relacionados às Autorizações de Supressão de Vegetação Nativa (ASV) nas Bacias dos Rios Grande e Corrente, realizados pelo Instituto Mãos de Terra (Imaterra, 2022), em parceria com a Universidade Federal da Bahia (UFBA), revelaram que, entre 2001 a 2021, o Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia (INEMA-BA), responsável por fiscalizar e emitir as licenças de desmatamento e captação de águas, autorizou a supressão de 50.723,99 hectares na Bacia do Rio Corrente e na Bacia do Rio Grande.

Esse território é reconhecido por sua produção de água, por conter fontes superficiais e subterrâneas que contribuem com mais de 30% do fluxo total da Bacia do Rio São Francisco através das bacias hidrográficas Rio Grande, Rio Corrente e Rio Carinhanha (Lage; Peixoto; Vieira, 2008). Dada a abundância da água, observa-se componentes sociais e culturais significativos no oeste da Bahia que vão além de suas características físicas. Este conhecimento baseia-se nas interações entre a água, os povos tradicionais e as empresas transnacionais concorrentes nesta região amplamente drenada.

Essas relações podem ser observadas pelo ciclo-hidrossocial, conceito introduzido na Geografia Humana, na década de 1990, para compreender as dimensões sociais que existem nas águas, em contraposição à ciência ortodoxa da hidrologia que se baseia em visões cartesianas da natureza (Linton; Budds, 2014, tradução nossa). Assim, segundo Budds e Hinojosa-Valencia (2012, p. 127, tradução nossa), o ciclo hidrossocial considera que a água é manipulada através de fatores como obras hidráulicas, legislações, instituições, práticas culturais e significados simbólicos, e objetiva “[...] explorar as formas pelas quais os fluxos de água, energia e capital convergem para produzir arranjos socioecológicos desiguais no espaço e no tempo”.

Swyngdouw (2004) pontua que o processo de transformações socioambientais nunca é neutro, ainda que seja um processo gradual. Em relação às mudanças na Bacia do Rio Corrente, tais transformações acirraram ainda mais os conflitos como parte de uma “[...] natureza inerentemente conflituosa do processo de mudança socioambiental” (Swyngdouw, 2009, p.57, tradução nossa). Essas questões compõem uma geometria de poder capaz de regular o acesso e a garantia dos recursos naturais, que em outras palavras significa escolher quem vive e quem precisa lutar para permanecer vivo.

No contexto das comunidades tradicionais na Bacia do Rio Corrente, o ciclo hidrossocial transcende a gestão das águas, abrange as práticas cotidianas, os valores culturais e as estratégias de subsistência de geraizeiros em consonância com o seu modo de vida. Mesmo negado enquanto patrimônio de vida, esse território se constitui como um elemento fundamental para a identidade e subsistência nas comunidades da Bacia do Rio Corrente, no Vale do Rio Arrojado e no Vale do Rio Formoso, e que diz respeito ao território hidrossocial (Oliveira, 2022). As evidências desse ciclo hidrossocial local serão apresentadas ao longo desse tópico, destacando as práticas tradicionais agrícolas e os sistemas de manejo comunitário.

Um desses sistemas incorporados por camponeses localizados no interior do Refúgio de Vidas Silvestres (REVIS) no oeste baiano, no município de Jaborandi, são mencionadas por Souza (2017). Segundo a autora, há nessa região roças de esgoto cultivadas em áreas de brejo, que envolvem o cultivo de uma ampla variedade de espécies vegetais e animais. Nessas áreas, que abrangem de 0,4 a 2 hectares por propriedade familiar, cultivam-se pelo menos 25 espécies, destacando-se a notável variabilidade genética de alimentos essenciais, como feijão, mandioca, banana e milho, além de outras que contribuem para a segurança alimentar.

Esses sistemas adotam práticas de manejo baseadas na drenagem do solo e na aplicação controlada do fogo, visando incrementar a fertilidade do terreno. Contudo, diante da redução das áreas agriculturáveis, a tradicional prática agrícola de deixar um pedaço de terra cultivada sem plantio por um determinado período, que anteriormente se estendia por 8 a 10 anos, foi drasticamente reduzida para 2 a 3 anos (Souza, 2017). Essa mudança compromete a capacidade de regeneração dos ecossistemas, demandando uma crescente necessidade de adubação química e evidencia um desafio para a sustentabilidade desses sistemas, comprometendo o equilíbrio do ciclo hidrossocial ao exigir práticas menos sustentáveis para manter a produtividade. Mesmo diante das preocupações levantadas, os moradores sentem-se ignorados pelas autoridades, tornando-se evidente o descompasso entre as necessidades locais e as decisões centralizadas. Esses eventos são interpretados não apenas como ameaças às suas terras, mas como potencial ameaça à própria existência dessas comunidades.

As três grandes bacias aqui do rio Carinhonha, Corrente e rio Grande estão projetadas mais de 150 pequenas centrais hidrelétricas. Uma central hidrelétrica, uma barragem, atinge

essencialmente a área produtiva de um rio. [...] Esse prejuízo aqui na região nossa, ele é ambiental né, porque os rios vão ter prejuízos ambientais, é social porque as pessoas estão sendo expulsas do seu ambiente e é econômico. A economia da nossa região, baseada em agricultura familiar vai ser altamente afetada por esses projetos de barragens (Fala transcrita do morador de Correntina, entre os minutos 5:30 a 6:40 no documentário *Das águas gerais: a resistência de um povo*) (Rede Alpha Produtora, 2014).

Segundo a comunidade, as investidas do capital para implantação de projetos de barragens e pequenas centrais hidrelétricas surge ainda no final da década de 1980, intensificando-se na década de 1990. Essas comunidades apenas ganham visibilidade quando se firmam no enfrentamento. Assim, a CPT, os sindicatos rurais e unidades de campesinatos se articulam em defesa do sistema comunal do território. Após os anos 2000, surgiu, em âmbito nacional, a organização do Movimento dos Ativistas por Barragens que, na Bacia do Rio Corrente, mobilizou ribeirinhos, comunidades locais e tradicionais contra a instalação de projetos como Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGHs), Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) a Usinas Hidrelétricas (UHEs).

A luta diligente dessas comunidades é sobretudo para conservar a sua qualidade de vida que, segundo os geraizeiros participantes do documentário, indicam “fartura” e “casa cheia” significando segurança alimentar por meio do plantio. Os processos históricos resultantes da questão agrária no território resultaram em formas de organização e posse definidas por meio do uso das terras para manutenção da vida e perpetuadas pelo direito consuetudinário e de aliança, isto é, respectivamente, vínculos de parentesco e de compadrio. O apego profundo à terra, com abundantes rios na região, considerados reprodução da existência, é um elemento crucial no modo de vida dos geraizeiros. A relação simbiótica entre as comunidades e o ambiente destaca-se como fundamental para a compreensão do território hidrossocial. As práticas tradicionais desses grupos estão intrinsecamente ligadas à gestão sustentável dos recursos hídricos, sendo a agricultura familiar e a pesca atividades essenciais para a sua subsistência, conforme registrado no documentário:

A preocupação nossa hoje é essa, é que hoje nós estamos ameaçados com esses problemas de barragens já tem mais de dez anos e se um dia chegar a construir uma barragem dessa, acabou o sustento nosso, porque nós não temos outra maneira de sobreviver a não ser à beira do rio. (Fala transcrita do morador do povoado de Salobro entre os minutos 7:36 a 7:48 no documentário “Das águas gerais: a resistência de um povo”) (Rede Alpha Produtora, 2014).

A defesa desse modo de vida tradicional não é apenas resistência contra os impactos diretos, como a perda de terras agrícolas férteis, mas uma luta ativa pela preservação do ciclo hidrossocial local. As preocupações manifestadas sobre a potencial perda de terras e os impactos ambientais evidenciam a interconexão entre as ações humanas, o ambiente e a vitalidade do ciclo hidrossocial. Essa resistência ativa destaca a importância não apenas da preservação de recursos naturais, mas da manutenção de práticas sustentáveis que são essenciais para a coexistência entre tradição, território e as paisagens hídricas que compõem os elementos do ciclo hidrossocial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conflitos por uso das águas do rio Corrente, destinadas às práticas agrícolas hegemônicas, geram escassez nas comunidades tradicionais e impactam diretamente o seu modo de vida, uma vez que comprometem todo um ecossistema engendrado na preservação das práticas culturais e identitárias que interagem com as paisagens hídricas, a exemplo das roças de esgoto ou brejo. Os significados culturais e simbólicos por trás das transformações socioterritoriais no cerrado baiano evidenciam a necessidade de desvincular a gestão das águas dessa região do domínio do poder daqueles que se apropriam dos recursos naturais ignorando os modos de vida tradicionais.

Ao se analisar as dinâmicas existentes no território, deve-se reconhecer as paisagens hídricas como capazes de influenciar as formas de organização espacial, econômica e social das comunidades tradicionais, sendo, este, reflexo da hibridização da natureza e do trato comunal de uso das terras em roças de brejos. A complexa interação entre a estrutura política e social sobre o ciclo hidrossocial se reflete na dinâmica de poder capaz de influenciar o acesso à água pela política de escassez observado no esvaziamento dos fluxos de água. Para examinar cuidadosamente como o poder social interage com os avanços modernos na agricultura, basta olhar a cartografia social dessas comunidades conflituosas.

Por fim, as análises explicitam a persistência dos conflitos nos territórios tradicionais, decorrentes do avanço do agronegócio, da mineração e da construção de barragens e pequenas centrais hidrelétricas (PCH) que alteram o ciclo hidrossocial do território. As comunidades, por sua vez, encontram-se cada vez mais restritas às veredas, alterando suas práticas tradicionais agrícolas e o uso coletivo dos gerais, uma vez que o reconhecimento oficial só é possível a partir da autoidentificação e da demarcação de terras, em resposta aos conflitos e por atos de resistência.

REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, P. R. R. A centralidade da questão fundiária no cenário agrário brasileiro do século XXI. In: XV ENCUENTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, n. 15, Havana, Cuba. *Anais do XV Encuentro de Geógrafos de América Latina, abril de 2015, Havana, Cuba*. Disponível em: <http://li.cnm.org.br/r/RtxeOg>. Acesso em: 04 jul. 2024.

BARRETO, E. M. Os Fechos “Fechos de Pasto”, terra de uso coletivo, território das Comunidades camponesas no Vale do Rio Arrojado. *GeoTextos: Juazeiro, Bahia*, 2012. Disponível em: <http://li.cnm.org.br/r/RtxeOg>. Acesso em: 03 jul. 2024.

BAQUEIRO BRANDÃO. P R. Um território indiferenciado dos sertões: a geografia pretérita do Oeste Baiano (1501-1827). *Boletim Goiano de Geografia*. 2009; v. 29, n. 1, p. 47-56. DOI: <https://doi.org/10.5216/bgg.v29i1.6059>.

BRASIL. Presidência da República. *Decreto nº 6.040*, de 07 de fevereiro de 2007. Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: <http://li.cnm.org.br/r/YvqBki>. Acesso em: 01 jul. 2024.

BUDDS, J.; HINOJOSA-VALENCIA, L. (2012). Restructuring and rescaling water governance in mining contexts: the co-production of waterscapes in Peru. *Water Alternatives*, v. 5, n. 1, p.119–137. Disponível em: <http://li.cnm.org.br/r/XoHbCr>. Acesso em 08 jul. 2024.

BONFIM, J.; PONTES, M (Coord.). *Eco-genocídio no Cerrado: territórios tradicionais de fundos e fechos de pasto no Oeste da Bahia*. Fascículo 8. Campanha Nacional em Defesa do Cerrado. 2023. Disponível em: <http://li.cnm.org.br/r/jAJDig>. Acesso em 05 jul. 2024.

CHILES, J M. (Org). *Geraizeiros em prosa, roça e fogão: sistemas de produção, conhecimentos e práticas tradicionais associadas ao alimento no cerrado*. João Marques Chiles, Juliana Rochet, Elisabetta Recine – Brasília, DF: CASA; Universidade de Brasília, 2021.

COSTA, M. A. M.; IORIS, A. A. R. Até a última gota: complexidade hidrossocial e ecologia política da água na Baixada Fluminense (RJ, Brasil). In: CASTRO, J. E., HELLER, L., MORAIS, M. da P. *O direito à água como política pública na América Latina: uma exploração teórica e empírica*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2015.

CPT - Comissão pastoral da terra. *Conflitos no campo Brasil 2022*. Centro de Documentação Dom Tomás Baduino – Goiânia: CPT Nacional, 2023. 254 p. Disponível em: <http://li.cnm.org.br/r/QGb0Vi>. Acesso em: 05 jul. 2024.

FRACALANZA, A. P.; PAZ, M. G, A. da; ALVES, E. M. Água e saneamento no Brasil: conflitos, apropriação e injustiça climática. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 62, 2023. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/89421/50688>. Acesso em: 04 fev. 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO GEOGRÁFICO DE ESTATÍSTICAS. *Censo demográfico 2010: população da Bahia (2010)*. Disponível em: <http://li.cnm.org.br/r/dkvc6R>. Acesso em 03 jul. 2024.

IMATERRA - Instituto Mãos de Terra. *Desmatamentos irregulares no Cerrado Baiano: uma política de Estado*. Instituto Sociedade, População e Natureza. Salvador. Bahia. 2022. Disponível em: <http://li.cnm.org.br/r/EXA3dF>. Acesso em: 02 jul. 2024.

LAGE, C.; PEIXOTO, H.; VIEIRA, C. M. B. Aspectos da vulnerabilidade ambiental na Bacia do Rio Corrente – BA. *GeoTextos*, 4. Bahia, 2008. DOI: <https://doi.org/10.9771/1984-5537geo.v4i0.3293>.

LEÃO, S. O. Padrões espaciais de desenvolvimento urbano, 1500-1930. In: SILVA, S. C. B. de M.; LEÃO, S. O.; SILVA, B. C. N. S. *Urbanização e metropolização no estado da Bahia: evolução e dinâmica*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1989. Parte I, pp. 19-183.

LINTON J.; BUDDS J. (2014). The hydrosocial cycle: defining and mobilizing a relational-dialectical approach to water. *Geoforum*, v. 57, p. 170-180. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2013.10.008>.

MARTINS, R. C. A construção social da economia política da água. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 73, 2013. Disponível em: <http://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/5411>. Acesso em: 04 fev. 2025.

MARTINS, R. C. De bem comum a ouro azul: a crença na gestão racional da água. *Contemporânea*, v. 2, n. 2, 2012. Disponível em:

- <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/92/57>. Acesso em: 04 fev. 2025.
- MIRANDA, A. F. de. *Tradicionalismo e Modernização*. Goiânia: Ed. da UCG, 2000.
- OLIVEIRA, K. R. A.; BELTRÃO, M. R.; ELOY, L.; SILVA, A.; SAUER, S. Mapeamento das empresas usuárias de água no Rio Arrojado Correntina, *Observatório MATOPIBA*, 1ª edição. Brasília – DF, 2022. Disponível em: <http://li.cnm.org.br/r/QUUBXp>. Acesso em: 7 jul. 2024.
- OLIVEIRA, S. D. M. Conflitos pela água no Oeste da Bahia: por uma abordagem ontológica dos conflitos socioambientais. *Sociedade, História & Natureza*. 20º Congresso Brasileiro de Sociologia. Sessão 2. Belém. 2021. Disponível em: <http://li.cnm.org.br/r/eHFSDE>. Acesso em 5 jul. 2024.
- PAZ, M. G. A.; FRACALANZA, A. P., E. M. A.; SILVA, F. J. R. Os conflitos das políticas da água e do esgotamento sanitário: que universalização buscamos? *Estudos Avançados*, v. 35, n. 102, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/190302>. Acesso em 04 fev. 2025.
- PORTO-GONÇALVES, C. W.; CHAGAS, S. B. das. *Os Pivôs da Discórdia e a “digna raiva”*: uma análise dos conflitos por terra, água e território no município de Correntina – BA. Salvador: CESE, 2019.
- REDE ALPHA PRODUTORA (Documentário). *Das águas Gerais: a resistência de um povo*. Beiras D’água, 2014. Disponível em: <http://li.cnm.org.br/r/PpQknp>. Acesso em: 04 de abril de 2024.
- RIGONATO, V. D.; ALMEIDA, M. G. de (In memoriam). R-Existências dos geraizeiros baianos e o front do agro-energia-negócios: comunidades geraizeiras do baixo vale do rio Guará, São Desidério, Mesorregião do Extremo Oeste da Bahia. *Revista GeoNordeste*. São Cristóvão, Ano XXXIII, n. 2, 2022. p.95-111. Disponível em: <http://li.cnm.org.br/r/hfM4vp>. Acesso em: 7 jul. 2024.
- SANTOS, C. C. M. MATOPIBA: uma nova fronteira agrícola ou um reordenamento geográfico do agronegócio e dos espaços produtivos de cerrados? *Cadernos do CEAS*, n. 245, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.25247/2447-861X.2018.n245.p590-623>.
- SANTOS FILHO, M. (Coord.) *O processo de urbanização no Oeste baiano*. SUDENE – DPG. PSU – URB: Recife (PE). 1989.
- SEI-BA – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. *Mapas regionais – Macrorregiões e Microrregiões geográficas*. 2020. Disponível em: <http://li.cnm.org.br/r/oDA9wR>. Acesso em 02 de jul. de 2024.
- SILVA, M. C.; RIBEIRO, A. S.; OLIVEIRA, E. J. V. de; AGUIAR, D.; BARCELOS, E. (Org.). *Na fronteira da (I)legalidade: desmatamento e grilagem no MATOPIBA*. GeografAR. Universidade Federal da Bahia (UFBA). AATR – Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais. IF-Baiano, Campus de Valença. Bahia. 2021. Disponível em: <https://www.matopibagrilagem.org/bahia>. Acesso em 19 de março de 2024.
- SOBRINHO, J. de S. *O camponês geraizeiro no Oeste da Bahia: as terras de uso comum e a propriedade capitalista da terra*. 2012. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. 436 p. Disponível em: <http://li.cnm.org.br/r/KiEIt2>. Acesso em 30 jun. 2024.
- SOUZA, C. de. *Nos interstícios da soja: resistências, evoluções e adaptações dos sistemas agrícolas localizados na região do Refúgio de Vida Silvestre Veredas do Oeste Baiano*. 2017. Tese (Doutorado

em Desenvolvimento Sustentável) Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2017, 311 p. Disponível online: <http://li.cnm.org.br/r/arHU3W>. Acesso em 30 jun. 2024.

SOUZA, Y. A. S. de.; MACHADO, P. J. de O. Os descaminhos das águas: do sagrado ao mercado. *Boletim Goiano de Geografia*, Goiânia, v. 38, n. 3, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/56351>. Acesso em: 20 mar. 2025.

SWYNGEDOUW, E. Privatizando o H₂O: transformando águas locais em dinheiro global. Trad. Diogo Lana Monte-Mor *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 6, n. 1, 2004. DOI: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2004v6n1p33>.

SWYNGEDOUW, E. The political economy and political ecology of the hydrosocial cycle. Universities Council on Water Resources. *Journal of Contemporary Water Research and Education*, n. 142, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1936-704X.2009.00054.x>.

VESTENA, L. R.; KOMINECKI, A. Considerações sobre a dinâmica espacial em bacias hidrográficas. XX Encontro Nacional de Geógrafas e Geógrafos. *Brasil-Periferia: a geografia para resistir e a AGB para construir*. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB, 2022. Disponível em: <http://li.cnm.org.br/r/YAqbmq>. Acesso em 5 jul. 2024.

WANDERLEY, M. de N. B. A ruralidade no Brasil moderno. Por un pacto social pelo desenvolvimento rural. En publicacion: ¿Una nueva ruralidad en América Latina? Norma Giarracca. CLACSO, *Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales*, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001. Disponível em: <http://li.cnm.org.br/r/bfZcnH>. Acesso em 30 jun. 2024.